

## A FORMA DE ARGUMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS: A ESCOLÁSTICA E TOMÁS DE AQUINO AINDA PODEM NOS PROPICIAR REFLEXÕES?

Kamila Maria Strapasson<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo, a partir da metodologia da revisão bibliográfica, tem por objetivo demonstrar que alguns aspectos da Escolástica e da forma de argumentação de Tomás de Aquino podem contribuir para reflexões sobre a forma como são elaboradas as decisões judiciais no Brasil. Nesse contexto, primeiramente, levando em consideração a necessidade de serem evitados anacronismos, o trabalho contextualiza e descreve a Escolástica e algumas peculiaridades do pensamento de Tomás de Aquino. Para então, a partir desse aporte teórico, propor reflexões sobre a invocação de argumentos de autoridade pelas decisões judiciais brasileiras e sobre e as teorias das decisões judiciais de caráter descritivo. Por fim, conclui que a Escolástica e a forma de argumentação de Tomás de Aquino podem propiciar reflexões e alertas sobre cuidados a serem tomados na forma de elaboração das decisões judiciais.

**Palavras-chave:** Escolástica; Tomás de Aquino; Decisões judiciais; Argumentos de autoridade; Teorias descritivas.

**Abstract:** This article, based on the literature review methodology, aims to demonstrate that some aspects of Scholastics and Thomas Aquinas' form of argumentation can contribute to reflections on how judicial decisions are made in Brazil. In this context, first, taking into account the need to avoid anachronisms, the work contextualizes and describes the Scholastics and some peculiarities of Thomas Aquinas' thought. Then, based on this theoretical contribution, proposes reflections on the invocation of arguments of authority by Brazilian judicial decisions and on theories of judicial decisions of a descriptive character. Finally, it concludes that the Scholastics and the form of argumentation of Thomas Aquinas can provide reflections and warnings about care to be taken in the form of elaboration of judicial decisions.

**Keywords:** Scholastic; Thomas Aquinas. Judicial decisions; Authority arguments; Descriptive theories.

### 1. Introdução

---

<sup>1</sup> Mestra em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. Bacharela em Direito pela mesma instituição de ensino. Pesquisadora do CCONS - Centro de Estudos da Constituição (UFPR). Assistente de Juiz de Direito Substituto no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. E-mail: kamilastrapasson@gmail.com

Uma das preocupações a serem levadas em conta ao se realizar pesquisas de história e filosofia do direito é a não transposição de determinadas ideias e conceitos de certo tempo e lugar histórico para a atualidade, sem a consideração das diferenças sociais, econômicas e culturais dos períodos.

Todavia, o cuidado para evitar o anacronismo não deve prejudicar a realização de reflexões a partir de teorias filosóficas mais antigas. Em outras palavras, é sim possível analisar e criticar o contexto atual a partir de construções teóricas de outras épocas, desde que consideradas as particularidades de cada momento histórico.

Considerando a necessidade de tal cuidado metodológico, o presente trabalho busca demonstrar que, apesar das diferenças dos contextos históricos, as críticas à forma de argumentação de Tomás de Aquino podem provocar reflexões sobre a formulação das decisões judiciais no Brasil atualmente.

Com esse objetivo, a partir de uma revisão bibliográfica, em um primeiro momento, o trabalho contextualiza e descreve a Escolástica e algumas peculiaridades do pensamento de Tomás de Aquino, para então propor, a partir de tal aporte teórico, duas reflexões sobre a forma atual de argumentação das decisões judiciais brasileiras, tratando sobre a invocação de argumentos de autoridade e as teorias das decisões judiciais de caráter descritivo.

## **2. A escolástica e algumas peculiaridades da forma de argumentação de Tomás de Aquino**

No século XIII se vivenciou o apogeu cultural da Baixa Idade Média, sendo o período caracterizado pelo enfraquecimento da nobreza feudal, crescimento da população,

aumento do comércio e desenvolvimento das cidades. Nesse século, enquanto a Igreja Católica criava o Tribunal da Santa Inquisição, se desenvolveram grandes sínteses filosóficas, com o ensino da dialética e da teologia<sup>2</sup>.

No período, a Escolástica representou o ápice da produção intelectual, filosófica e teológica da Europa. Seu objetivo era demonstrar por meio de um raciocínio lógico formal a autenticidade dos dogmas cristãos, colocando a filosofia a serviço da teologia. A Escolástica utilizava as teorias de pensadores antigos, especialmente de Aristóteles, para fundamentação dos dogmas cristãos<sup>3</sup>.

Uma característica importante da Escolástica foi o método da disputa, utilizado para expor as ideias filosóficas. Nele, apresentava-se uma tese, a qual devia ser refutada ou defendida por argumentos tirados da Bíblia, de filósofos e representantes da Igreja. Uma ideia era considerada uma tese verdadeira ou falsa dependendo da força e da qualidade dos argumentos encontrados. Assim, se afirmava que o pensamento estava subordinado ao princípio da autoridade, ou seja, uma ideia era considerada verdadeira se fosse baseada nos argumentos de uma autoridade reconhecida, como a Bíblia, Aristóteles, um papa ou um santo<sup>4</sup>.

O nome mais expressivo da Escolástica foi Tomás de Aquino, o qual recuperou os pensamentos de Aristóteles e defendeu o uso da razão<sup>5</sup>. Nascido no sul do Lácio, em 1221, o autor vivenciou a oposição entre o conhecimento pela fé ao conhecimento pela razão. Para o autor, a filosofia tem sua configuração e sua autonomia, mas não exaure tudo aquilo

---

<sup>2</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. *O pensamento político medieval: Santo Agostinho e São Tomás de Aquino*. Revista Crítica Jurídica nº 19, jul.-dez./2001, p. 22.

<sup>3</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. *O pensamento político medieval: Santo Agostinho e São Tomás de Aquino*. Revista Crítica Jurídica nº 19, jul.-dez./2001, p. 22.

<sup>4</sup> CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2000, p. 54, 55.

<sup>5</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. *O pensamento político medieval: Santo Agostinho e São Tomás de Aquino*. Revista Crítica Jurídica nº 19, jul.-dez./2001, p. 22, 23.

que se pode dizer ou conhecer. A distinção entre a filosofia e a teologia não está no fato de tratarem de coisas distintas, pois ambas falam de Deus, do homem e do mundo, mas a diferença estaria no fato de que a filosofia ofereceria um conhecimento imperfeito de coisas que a teologia estaria em condições de esclarecer em seus aspectos específicos relativos à salvação eterna. Para o autor, a fé melhora a razão assim como a teologia melhora a filosofia e, quando uma proposição filosófica obtida por meio da razão contradiz uma afirmação da fé, o erro estaria do lado da filosofia<sup>6</sup>.

Já no âmbito do direito, Tomás diferencia alguns tipos de leis: 1) lei divina: acima das demais leis, é a lei revelada por Deus, encontrada no evangelho; 2) lei eterna: que seria o plano racional de Deus, por meio da qual a sabedoria de Deus dirige todas as coisas para seu fim, estaria ligada ao plano da Providência conhecido por Deus e pelos bem-aventurados; 3) lei natural: parte da lei eterna da qual o homem é partícipe, àquilo a que o homem é levado pela natureza, cujo núcleo está no preceito de se dever fazer o bem e evitar o mal; 4) lei humana: o direito positivo, a lei feita pelo homem objetivando o bem comum, essas leis derivam da lei natural de dois modos: a) por dedução: *jus gentium*, derivação lógica da lei natural, podendo ser conhecida independentemente de uma pesquisa histórica sobre os diferentes tipos de sociedade como, por exemplo, a proibição do homicídio; b) por especificação: *jus civile*, sendo uma aplicação histórica e social de uma lei natural fixada pelo *jus gentium*, como o tipo de pena a ser reservada ao homicida<sup>7</sup>.

Para Tomás de Aquino a coerção exercida pela lei humana teria a função de tornar possível a convivência pacífica entre os homens e teria também uma função pedagógica. Isso porque, existiriam pessoas propensas a vícios, que dificilmente seriam guiadas pela

---

<sup>6</sup> REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia: Antiguidade e Idade Média*. Vol. 1. 3ª ed. São Paulo: Paulos, 1990, p. 553-555, 570.

<sup>7</sup> REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia: Antiguidade e Idade Média*. Vol. 1. 3ª ed. São Paulo: Paulos, 1990, p. 567-568, 570.

persuasão, necessitando ser obrigadas pela força e o temor a evitar o mal de forma que, por esse hábito de evitar o mal, seriam levadas a fazer voluntariamente aquilo que antes só faziam por medo, se tornando virtuosas. Ademais, segundo o autor, quando a lei humana contradiz a lei natural ela não existe como lei, sendo na verdade uma corrupção de lei, de modo que a lei deve ser justa.<sup>8</sup>

Essa visão de Tomás é invocada para impugnar leis jurídicas consideradas em contradição com o direito natural.<sup>9</sup> Nesse aspecto, Souza e Pinheiro, defendem que, na atualidade, os direitos humanos encontram um fundamento no pensamento tomista, pois o autor não equipara o direito à lei, bem como porque o autor foge do subjetivismo que reduz o direito a uma decisão da vontade humana e se afasta do ceticismo que nega que a lei natural possa ser objetivamente conhecida.<sup>10</sup>

Analisando o método de argumentação de Tomás, Russell o critica, dizendo que seu apelo à razão é de certo modo insincero, pois a conclusão a que objetiva chegar está fixada de antemão. Como exemplo, Russell cita o caso da indissolubilidade do matrimônio. Aduz que ela é defendida por Tomás tendo como base que o pai é útil na educação dos filhos porque é mais racional do que a mãe e porque é mais forte, sendo mais capaz de exercer o castigo físico. Para Russell, um educador moderno poderia questionar Tomás, por exemplo, dizendo que não há razão para se supor que os homens sejam mais racionais que as mulheres e que a espécie de castigo que exige a força física não é desejável na educação. Contudo, para Russell, mesmo diante desses argumentos, nenhum partidário

---

<sup>8</sup> REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia: Antiguidade e Idade Média*. Vol. 1. 3ª ed. São Paulo: Paulos, 1990, p. 568-569.

<sup>9</sup> REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia: Antiguidade e Idade Média*. Vol. 1. 3ª ed. São Paulo: Paulos, 1990, p. 569.

<sup>10</sup> SOUZA, Elden Borges; PINHEIRO, Victor Sales. *Tomás de Aquino e a razão natural dos direitos humanos: pessoa e bem comum*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, v. 1, n. 48 (2016).

de Tomás deixaria de acreditar na monogamia perpétua, porque os verdadeiros fundamentos da crença não são os que foram alegados<sup>11</sup>.

Segundo Russell, Tomás antes de começar a filosofar já conhece a verdade, que está declarada na fé católica. Tomás não estaria empenhado numa pesquisa cujo resultado não possa ser conhecido de antemão, de modo que se não encontrasse argumentos racionais para algumas partes da fé voltava a recorrer a revelação. Para Russell, a descoberta de argumentos para uma conclusão já dada não é filosofia<sup>12</sup>.

Nesse contexto, expostos alguns aspectos da Escolástica e da forma de argumentação de Tomás de Aquino, no próximo item, o presente trabalho, passa a demonstrar como tal aporte teórico, apesar da diferença dos contextos históricos – que não pode ser perdida de vista - pode contribuir para reflexões sobre a forma como são proferidas as decisões judiciais no Brasil.

### **3. Tomás de Aquino, a escolástica e a forma de argumentação das decisões judiciais brasileiras: o uso de argumentos de autoridade e as teorias descritivas**

Definido o aporte teórico base do presente trabalho, questiona-se: como tais aspectos da Escolástica e da forma de argumentação de Tomás de Aquino podem contribuir para reflexões sobre a forma como as decisões judiciais são proferidas no Brasil?

Nesse contexto, propõe-se que uma primeira reflexão se pauta no fato de que, enquanto o pensamento escolástico estava ligado ao princípio da autoridade, ou seja, uma ideia era considerada verdadeira se fosse baseada nos argumentos de uma autoridade

---

<sup>11</sup> RUSSELL Bertrand. *História da filosofia ocidental*. Livro segundo. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 178.

<sup>12</sup> RUSSELL Bertrand. *História da filosofia ocidental*. Livro segundo. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 179.

reconhecida (Bíblia, filósofos, representantes da Igreja), hoje as decisões judiciais brasileiras também invocam argumentos de autoridade para justificar sua argumentação (doutrina, precedentes), sem muitas vezes se preocupar com a coerência entre eles.

Nesse aspecto, a doutrina normalmente não é utilizada pelos magistrados como elemento reflexivo, mas sim como citações justapostas de diversos autores sem a elaboração de um texto que demonstre porque esses diversos pensamentos foram colocados um ao lado do outro. As citações parecem evocar a opinião das autoridades, selecionadas em harmonia com a tese defendida pelo magistrado. Da mesma forma outros julgados são usados na elaboração das decisões apenas com o objetivo de reforçar a tese central, sem a preocupação com a identificação da tese dominante nos tribunais<sup>13</sup>.

Assim, nas decisões judiciais brasileiras não há uma preocupação com a racionalidade dos argumentos. Nelas se elabora uma tese a partir de uma autoridade (legislação, doutrinador, caso julgado), sendo invocadas outras autoridades para confirmá-las, pouco importando a coerência entre elas. Ao final, a proposta é uma solução para o caso como se ela fosse óbvia, por ter sido sustentada por praticamente todas as autoridades relevantes no assunto, em uma manipulação das fontes de direito<sup>14</sup>.

Nesse cenário, a inexistência de um tecido argumentativo nas decisões judiciais faz com que os juízes não se sintam constrangidos por uma “argumentação de caráter oficial” ao elaborar seus raciocínios, o que pode ser prejudicial para garantia da segurança jurídica e isonomia aos jurisdicionados<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> RODRIGUEZ, J. R. *Como decidem as Cortes? Algumas palavras sobre o papel do direito e da doutrina no Brasil*. Sociologia do direito: Teoria e práxis, p. 260.

<sup>14</sup> RODRIGUEZ, J. R. *Como decidem as cortes? Para uma crítica do direito (brasileiro)*. Rio de Janeiro: Ed. GV, 2013, p. 64-65.

<sup>15</sup> RODRIGUEZ, J. R. *Como decidem as Cortes? Algumas palavras sobre o papel do direito e da doutrina no Brasil*. Sociologia do direito: Teoria e práxis, p. 258.

Além disso, uma segunda reflexão proposta é que enquanto Russell critica Tomás, afirmando que seu apelo à razão é de certo modo insincero, pois a conclusão a que objetiva chegar está fixada de antemão, algumas teorias atuais sobre as decisões judiciais, de caráter descritivo, afirmam que os juízes decidem intuitivamente e somente depois formulam argumentos para justificar sua conclusão.

Um exemplo é o Realismo Jurídico. Tendo florescido por volta da década de 1930, o movimento realista foi extremamente disperso e diverso. Todavia, como pontos comuns, pode-se afirmar que a teoria realista da decisão judicial leva em consideração dois enunciados básicos: a) as decisões são tomadas com base em elementos jurídicos e extrajurídicos; b) os juízes decidem intuitivamente e somente depois racionalizam a decisão com base em argumentos jurídicos. Assim, os realistas buscam uma análise descritiva, pautada pela a interdisciplinaridade, estudando como as decisões jurídicas operam de fato<sup>16</sup>.

Os principais realistas parecem concordar entre si que os juízes inicialmente reagem aos fatos concretos do caso em análise, ao invés de reagirem à racionalidade e às normas jurídicas e, apenas depois, buscam, conscientemente ou inconscientemente, argumentos jurídicos que confirmem sua intuição. Contudo, apesar de concordarem em tais aspectos, os autores realistas discordavam sobre como se dá essa reação aos fatos concretos. Para uma minoria dos autores fatores intrínsecos psicológicos na personalidade do juiz determinam a sua decisão, sendo impossível prever como as Cortes iriam julgar. Todavia, a maioria dos realistas reconhece que a previsão sobre as decisões judiciais não seria impossível, pois se encaixariam em alguns padrões, os quais não seriam

---

<sup>16</sup> CESTARI, Roberto Tagliari. *Decisão judicial e realismo: evolução das pesquisas sobre o comportamento judicial*. 2016. Dissertação (Mestrado em direito) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, p. 23, 24, 37, 54.

exclusivamente relacionados com as normas jurídicas, mas também seriam relacionados com o conteúdo fático do caso<sup>17</sup>.

As objeções mais comuns as abordagens realistas da decisão judicial é que elas abririam espaço para o decisionismo e o arbítrio<sup>18</sup>. Já segundo Atienza, os realistas confundem o contexto da descoberta (procedimento pelo qual se estabelece uma premissa ou conclusão) e da justificação (procedimento de justificar uma premissa ou conclusão) da argumentação jurídica. Para o autor, é possível que as decisões sejam tomadas, ao menos em parte, por um processo mental do juiz que vá da conclusão para as premissas e que a decisão seja fruto de preconceitos, mas isso não anularia a necessidade de justificação da decisão<sup>19</sup>.

Com um ponto de vista distinto, Horta e Costa defendem que adotar uma teoria realista de interpretação não significa ceder espaço ao decisionismo, pois a perspectiva realista permite que elementos estratégicos, psicológicos sejam igualmente analisados, em uma relação com a produção discursiva, com a formulação de uma teoria integrada da decisão judicial<sup>20</sup>.

Ainda quanto às teorias descritivas da decisão judicial é pertinente destacar a visão do modelo psicológico da decisão judicial. Segundo ele, os juízes, como as demais pessoas, possuem dois sistemas de tomadas de decisão: a) um primeiro, que fará um julgamento

---

<sup>17</sup> CESTARI, Roberto Tagliari. *Decisão judicial e realismo: evolução das pesquisas sobre o comportamento judicial*. 2016. Dissertação (Mestrado em direito) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, p. 59, 60.

<sup>18</sup> HORTA, Ricardo de Lins e; COSTA, Alexandre Araújo. *Das Teorias da Interpretação à Teoria da Decisão: Por uma Perspectiva Realista Acerca das Influências e Constrangimentos Sobre a Atividade Judicial* R. Opin. Jur., Fortaleza, ano 15, n. 20, p.271-297, jan./jun. 2017, p. 289.

<sup>19</sup> ATIENZA, Manuel. *As razões do direito: Teorias da argumentação jurídica*. São Paulo: Editora Landy, 2003, p. 20-23.

<sup>20</sup> HORTA, Ricardo de Lins e; COSTA, Alexandre Araújo. *Das Teorias da Interpretação à Teoria da Decisão: Por uma Perspectiva Realista Acerca das Influências e Constrangimentos Sobre a Atividade Judicial* R. Opin. Jur., Fortaleza, ano 15, n. 20, p.271-297, jan./jun. 2017, p. 291.

intuitivo, sendo rápido e inconsciente e b) um segundo, que fará um julgamento deliberativo, sendo lento, esforçado e consciente. Para Cestari, mesmo que restasse empiricamente comprovado que uma decisão judicial ocorre intuitivamente para que posteriormente houvesse sua racionalização, isso não seria um problema maior, desde que a racionalização fosse isenta e imparcial, conseguindo anular o julgamento intuitivo. Contudo, segundo o autor, quando a intuição faz seu julgamento moral, vieses cognitivos dificultam com que a decisão seja revertida, sendo o principal deles o viés confirmatório, que é a tendência natural do ser humano de procurar evidências que suportam a hipótese inicial para a qual foi favorável<sup>21</sup>.

Jonathan Haidt, estudioso da Psicologia Moral, trata do modelo “social-intuicionista”, o qual alude que as intuições precedem as justificativas. Para ele, o tomador de decisão tem uma intuição sobre a resposta correta, tratando de a avaliar e buscar razões que a justifiquem. Contudo, no processo, a opinião dos demais importa, pois caso seja incapaz de justificar sua escolha perante os demais, poderá a revisar. Assim, o processo de justificação seria um constrangimento para o processo de descoberta<sup>22</sup>.

Já a “Teoria Argumentativa do Raciocínio”, formulada por Hugo Mercier e Dan Sperber, defende que os seres humanos raciocinam sobre problemas por meio da necessidade de produção de justificativas. Para eles, encontrando bons argumentos para defender seu ponto de vista, as pessoas não se engajam em raciocínios deliberativos, mas caso precisem justificar sua visão isso as obriga a refletir mais e a produzir argumentos melhores. Segundo os autores, em casos de discordância de opinião as pessoas tendem a

---

<sup>21</sup> CESTARI, Roberto Tagliari. *Decisão judicial e realismo: evolução das pesquisas sobre o comportamento judicial*. 2016. Dissertação (Mestrado em direito) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, p. 103, 104, 113.

<sup>22</sup> HORTA, Ricardo de Lins e; COSTA, Alexandre Araújo. *Das Teorias da Interpretação à Teoria da Decisão: Por uma Perspectiva Realista Acerca das Influências e Constrangimentos Sobre a Atividade Judicial* R. Opin. Jur., Fortaleza, ano 15, n. 20, p.271-297, jan./jun. 2017, p. 287.

ser mais vigilantes em relação aos argumentos contrários aos seus, buscando os contestar e, caso não encontrem argumentos para defender sua posição e tenham credibilidade no interlocutor, podem mudar de ideia. Assim, a teoria sugere que a existência de contextos de justificação mais exigentes pode levar a processos de descoberta mais rigorosos e menos enviesados<sup>23</sup>.

Portanto, as teorias descritivas expostas estudam a existência de uma intuição judicial na formulação de decisões para a qual, posteriormente, se busca a formulação de justificações, sendo que algumas das teorias sugerem que o processo de justificação seria um constrangimento, levando a processos de descoberta mais rigorosos. Assim, a partir dessas teorias é possível refletir se, de certo modo, haveria ou não nas decisões judiciais um apelo insincero à razão, o que era criticado por Russell em relação a Tomás de Aquino.

#### 4. Considerações finais

O artigo, salientando a necessidade da devida contextualização dos diferentes momentos históricos, demonstra como aspectos da Escolástica e da forma de argumentação de Tomás de Aquino, podem contribuir para reflexões sobre a forma como são proferidas as decisões judiciais no Brasil.

Nesse âmbito, em primeiro lugar, destaca que enquanto no pensamento escolástico uma ideia era considerada verdadeira se fosse baseada nos argumentos de uma autoridade reconhecida, como a Bíblia e os representantes da Igreja, atualmente, as decisões judiciais brasileiras também invocam em sua fundamentação argumentos de autoridade como a doutrina e os precedentes, inexistindo uma preocupação com a

---

<sup>23</sup> HORTA, Ricardo de Lins e; COSTA, Alexandre Araújo. *Das Teorias da Interpretação à Teoria da Decisão: Por uma Perspectiva Realista Acerca das Influências e Constrangimentos Sobre a Atividade Judicial* R. Opin. Jur., Fortaleza, ano 15, n. 20, p.271-297, jan./jun. 2017, p. 288.

justificação do porquê os invocar naquele caso em específico nem mesmo com eventual coerência entre as autoridades invocadas.

Em segundo lugar, ressalta que, ao mesmo tempo em que Russell critica Tomás, afirmando que seu apelo à razão é de certo modo insincero, na medida em que a conclusão a que objetiva chegar está fixada de antemão, algumas teorias descritivas sobre as decisões sustentam que os magistrados decidem intuitivamente e apenas depois formulam argumentos para justificar sua conclusão. Diante desse quadro, realça que, é possível o questionamento se, de certa forma, as decisões judiciais atualmente realizam um apelo insincero à razão, aspecto esse criticado por Russell em relação à forma de argumentação de Tomás de Aquino.

Portanto, diante de todo o exposto, conclui-se que, apesar da diferença dos contextos históricos, a Escolástica e Tomás de Aquino ainda são capazes de propiciar reflexões sobre a forma de argumentação das decisões judiciais brasileiras, trazendo alertas em relação a cuidados a serem tomados no momento de elaboração e justificação das decisões.

## Referências

ATIENZA, Manuel. *As razões do direito: Teorias da argumentação jurídica*. São Paulo: Editora Landy, 2003.

CESTARI, Roberto Tagliari. *Decisão judicial e realismo: evolução das pesquisas sobre o comportamento judicial*. 2016. Dissertação (Mestrado em direito) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

Horta, Ricardo de Lins e; Costa, Alexandre Araújo. *Das Teorias da Interpretação à Teoria da Decisão: Por uma Perspectiva Realista Acerca das Influências e Constrangimentos Sobre a*

Atividade Judicial R. Opin. Jur., Fortaleza, ano 15, n. 20, p.271-297, jan./jun. 2017.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia: Antiguidade e Idade Média*. Vol. 1. 3ª ed. São Paulo: Paulos, 1990.

RODRIGUEZ, J. R. *Como decidem as cortes? Para uma crítica do direito (brasileiro)*. Rio de Janeiro: Ed. GV, 2013.

RODRIGUEZ, J. R. *Como decidem as Cortes? Algumas palavras sobre o papel do direito e da doutrina no Brasil*. Sociologia do direito: Teoria e práxis. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1772162/mod\\_resource/content/1/Rodriguez%2C%20J.%20R.%20Como%20decidem%20as%20cortes%3F%20%20Leitura%20compleme%20ntar.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1772162/mod_resource/content/1/Rodriguez%2C%20J.%20R.%20Como%20decidem%20as%20cortes%3F%20%20Leitura%20compleme%20ntar.pdf)>. Acesso em: 17/06/2018.

RUSSELL Bertrand. *História da filosofia ocidental*. Livro segundo. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SOUZA, Elden Borges; PINHEIRO, Victor Sales. *Tomás de Aquino e a razão natural dos direitos humanos: pessoa e bem comum*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, v. 1, n. 48 (2016).

WOLKMER, Antonio Carlos. *O pensamento político medieval: Santo Agostinho e São Tomás de Aquino*. Revista Crítica Jurídica nº 19, jul.-dez./2001.